



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**CONVÊNIO DE ESTÁGIO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
TOCANTINS – UFT E O (A)\_\_\_\_\_**

A UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT, Instituição de Ensino Superior, criada pela Lei nº 10.032 de 23 de outubro de 2000 e regulamentada pelo Decreto nº 4.279 de 21 de junho de 2002, com CNPJ 05.149.726/0001-04, regida por seu Estatuto, aprovado pela Portaria nº 658 de 17 de março de 2004 do Ministro da Educação, sediada na Quadra 109 Norte, Av. NS 15, ALCNO 14, Bloco IV, Reitoria, Palmas – TO, CEP: 77.010-970, doravante denominada INSTITUIÇÃO DE ENSINO ou UFT, representada neste ato por seu Reitor, Prof. Dr. Luis Eduardo Bovolato, designado pelo Decreto de 10 de setembro de 2021, publicado no DOU nº 173, de 13 de setembro de 2021, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº \*.050.\* - SSP/SP e do CPF nº \*.684.981-\*, residente e domiciliado em Palmas-TO; e O (A)

**Natureza**

**CNPJ**

**Bairro**

**CEP**

**Cidade**

**Sede**

**Estado**

**Telefone**

**E-mail**

**Representante**

**CPF:**

**Cargo:**

**RG:**

As partes identificadas, neste ato, resolvem celebrar o presente Convênio de Concessão de Estágio, conforme Lei nº 11.788/2008 e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DEFINIÇÕES**

O presente Convênio tem por objeto propiciar a oportunidade de realização de estágios curriculares obrigatórios e não-obrigatórios dos cursos da Universidade Federal do Tocantins-UFT, doravante denominada CONVENIENTE, observando os critérios aqui estabelecidos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

O Estágio Curricular obrigatório vincula-se diretamente à disciplina ou disciplinas do currículo pleno do respectivo curso de graduação. É uma disciplina integrante da matriz curricular dos projetos pedagógicos.

O Estágio Curricular não-obrigatório constitui-se em atividade complementar à formação acadêmico-profissional do aluno, realizada por livre escolha deste, com interveniência da Instituição de Ensino.

**CLÁUSULA SEGUNDA - OPORTUNIDADE DE ESTÁGIO**

A \_\_\_\_\_, doravante denominada CONCEDENTE, propiciará oportunidades de estágios curriculares a alunos devidamente matriculados na Fundação Universidade Federal do Tocantins-UFT, doravante denominada CONVENENTE, e que estejam frequentando efetivamente o curso compatível com as atividades a serem desenvolvidas no estágio.

**CLÁUSULA TERCEIRA - OBJETIVOS DO ESTÁGIO**

O estágio tem por objetivo complementar o processo de ensino-aprendizagem, constituindo-se instrumento de integração em termos de treinamento prático de aperfeiçoamento técnico-científico, cultural e de relacionamento humano, bem como de eventual participação em cursos ou treinamentos promovidos pela CONCEDENTE.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS PROCEDIMENTOS PRELIMINARES**

A CONVENENTE contatará a CONCEDENTE para interagirem a respeito dos procedimentos iniciais, tais como informações do número de vagas de estágio por curso ou por período e o encaminhamento do(s) aluno(s) para o estágio.

**CLÁUSULA QUINTA - DO RECRUTAMENTO DE ESTAGIÁRIOS**

O recrutamento deve ser entendido como procedimento necessário à captação pela CONCEDENTE, de estudantes interessados na realização de estágio curricular obrigatório em suas instalações, indicados pela CONVENENTE, selecionados e recrutados pela CONCEDENTE.

O recrutamento será processado diretamente na CONCEDENTE, após os procedimentos preliminares ajustados na cláusula anterior.

O recrutamento ou encaminhamento será realizado, preferencialmente, entre estudantes dos 02 (dois) últimos anos ou dos 04 (quatro) últimos períodos do



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

curso de graduação.

**CLÁUSULA SEXTA - DO PROCESSO SELETIVO**

O processo seletivo para a concessão de estágios curriculares não-obrigatórios será de responsabilidade da CONCEDENTE, de acordo com os parâmetros por ela estabelecidos.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DE ESTÁGIO**

A jornada de atividades em estágio, a ser cumprida pelo estudante, deverá compatibilizar-se com seu horário escolar na CONCEDENTE, não podendo ultrapassar o limite de 6 horas diárias e 30 horas semanais, conforme inciso II, do art. 10 da Lei 11.788/2008.

O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, conforme dispuser o respectivo termo de compromisso.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES**

**I - Constituem obrigações da UFT:**

- a) proceder à orientação e relação das oportunidades de estágio;
- b) fazer o cadastramento e o encaminhamento dos estudantes candidatos ao estágio da CONCEDENTE;
- c) estabelecer normas e supervisionar o estágio quanto ao aspecto didático-pedagógico;
- d) preencher e devolver à CONCEDENTE, por meio do estudante, por período não superior a 6 (seis) meses, o relatório de acompanhamento de Estágio – ERA, referente aos períodos de duração do estágio, respectivamente;
- e) nomear o Professor Orientador de Estágio, para acompanhamento do desenvolvimento do estágio;
- f) solicitar à CONCEDENTE autorização para verificar *in loco* o desenvolvimento do estágio;
- g) informar à CONCEDENTE, por escrito, qualquer irregularidade que venha a ocorrer na situação escolar do estudante e que o impossibilite de prosseguir o estágio;
- h) assumir a contratação, nos casos de estágio obrigatório, em favor do estagiário, de seguro contra acidentes pessoais;
- i) não haverá pagamento de bolsa ou outra contraprestação, consoante possibilita o art. 12 da Lei nº 11.788/2008, quando se tratar de estágio curricular obrigatório.

**II - Constituem obrigações da CONCEDENTE:**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

- a) informar a CONVENIENTE a quantidade de oportunidades de estágio oferecida, especificando local e horário, bem como as atividades a serem desenvolvidas;
- b) aceitar ou não, a seu critério, estudantes encaminhados pela CONVENIENTE;
- c) proporcionar ao estudante condições adequadas à execução do estágio;
- d) indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;
- e) autorizar visita às suas instalações de elemento credenciado pela CONVENIENTE, quando por esta solicitada, para verificação *in loco* e acompanhamento do desenvolvimento do estágio;
- f) fica a critério exclusivo da CONCEDENTE o estabelecimento de qualquer forma de contraprestação (bolsa-auxílio) ao estagiário, por se tratar de estágio curricular obrigatório.
- g) De acordo com a Lei do Estágio (Lei nº 11.788/2008), o estagiário tem direito a receber uma bolsa ou outra forma de contraprestação, desde que acordada entre o estagiário e a parte concedente do estágio. Essa concessão é compulsória, ou seja, obrigatória por lei, na hipótese de estágio não obrigatório.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Quando da indicação de funcionário de que trata a alínea “d” desta cláusula, a CONCEDENTE verificará, quando o estágio for relacionado ao Curso de Serviço Social, o limite máximo de 1 (um) estagiário para cada 10 (dez) horas de trabalho semanal por supervisor, conforme parágrafo único, art. 3º, da Resolução nº. 533, de 29 de setembro de 2008 do Conselho Federal de Serviço Social, publicado no Diário Oficial da União, seção 1, nº. 190, de 1 de outubro de 2008.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DO RECESSO**

As Convenientes assegurarão ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

O recesso de que trata esta cláusula deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

Os dias de recesso previstos nesta cláusula serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano, sendo de 15 dias a cada seis meses de estágio.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS RESPONSABILIDADES**

As responsabilidades das partes limitam-se às que se encontram descritas neste Convênio.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Os estagiários selecionados e/ou encaminhados na área de interesse da CONVENIENTE serão aprovados em atividades relacionadas aos seus respectivos cursos e formação profissional, mediante Termo de Compromisso de Estágio, vinculado a este Convênio, com a interveniência da CONCEDENTE, e obrigam-se-ão a cumprir as condições fixadas para cada estágio, bem como as normas de atividades estabelecidas pela CONCEDENTE.

O termo de compromisso é um documento formal que estabelece as condições e obrigações do estágio, incluindo a definição das atividades a serem desenvolvidas, a carga horária, a bolsa ou contraprestação (quando aplicável), entre outros aspectos. A assinatura desse termo é fundamental para garantir a legalidade e a transparência na relação entre o estagiário, a instituição de ensino e a parte concedente.

O termo de compromisso deverá ser firmado pelo estagiário ou com seu representante, ou assistente legal e pelos representantes legais da parte concedente e da instituição de ensino, vedada a atuação dos agentes de integração a que se refere o art. 5º desta Lei do Estágio (Lei 11.788/08), como representante de qualquer das partes.

O preenchimento do Termo de Compromisso de Estágio com a UFT ocorre por meio do SAGE-Sistema de Acompanhamento e Gestão dos Estágios. Essa ação não é obrigatória, mas é recomendada para garantir a formalização adequada do estágio.

Para fins de controle da CONVENIENTE, a CONCEDENTE fará constar do Termo de Compromisso, além dos itens que forem acordados entre as partes, mais os seguintes:

- a) ano ou período do curso que estiver matriculado o estagiário.
- b) setor de atividade da CONCEDENTE;
- c) período de duração e total de horas previstas para o estágio;
- d) atividades que serão desenvolvidas pelo estagiário, conforme o plano do curso a que estiver vinculado.

Cada Termo de Compromisso será confeccionado em 03 (três) vias de igual teor, cabendo a primeira à CONVENIENTE, a segunda à CONCEDENTE e a terceira ao estagiário.

**Parágrafo Único** – A responsabilidade pelo respectivo Termo de Compromisso por parte da CONVENIENTE será do Coordenador do Curso ao qual estiver vinculado o estagiário.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO DESLIGAMENTO DO ESTAGIÁRIO**

Será desligado por um dos seguintes motivos:

- a) automaticamente ao término do compromisso;
- b) por abandono, caracterizado por ausência não justificada por três dias



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

consecutivos ou cinco dias intercalados no período de um mês;

c) conclusão ou interrupção do curso na UFT;

d) a pedido do (a) estagiário (a);

e) comportamento funcional ou social incompatível com as normas éticas e administrativas das áreas de estágio da concedente;

f) *ex officio*, no interesse da concedente e, desde que devidamente justificado;

g) comprovando-se a falta de aproveitamento no estágio, depois de decorrida a terça parte do tempo previsto para a sua duração;

h) em atendimento a qualquer dispositivo de ordem legal ou regulamentar.

**Parágrafo único.** Na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas nas alíneas “b”, “d”, “e”, “f” e “g”, a CONCEDENTE comunicará o fato à UFT, no prazo máximo de quinze dias.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO**

O presente Convênio vigorará por 05 (cinco) anos, a partir da sua assinatura, podendo ser rescindido a qualquer época, por meio de notificação escrita, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO AGENTE DE INTEGRAÇÃO**

Os agentes de integração serão responsabilizados civilmente se indicarem estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para as quais não há previsão de estágio curricular.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

O estagiário não terá vínculo empregatício de qualquer natureza com nenhuma das partes convenientes, conforme dispõe o art. 3º e o § 1º do art. 12, ambos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Os termos deste Convênio representam único e completo acordo entre as partes relacionadas ao assunto. Quaisquer alterações ou adiantamentos a este Convênio só poderão ser feitos por instrumento aditivo assinado entre as partes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO GESTOR**

A CONCEDENTE nomeará um gestor de execução deste Convênio, que ficará responsável pelo controle e acompanhamento deste instrumento em todas as



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

suas fases, e a quem deverão ser encaminhados todos os documentos pertinentes a ele, para observações que julgar necessárias para o cumprimento ou não das cláusulas contratadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO**

As partes elegem o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Palmas, Estado do Tocantins, para dirimir toda e qualquer questão oriunda do presente Convênio, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Convênio é assinado eletronicamente pelas partes.

**LUIS EDUARDO BOVOLATO**  
Reitor

**Testemunhas:**

- 1.
- 2.